

CAMPANHA DA FRATERNIDADE -2018
Lema: “Vós sois todos irmãos” (Mt 23, 8)
Tema: “Fraternidade e a superação da violência”.

SÍNTESE DO TEXTO-BASE



1-OBJETIVOS DA CF-2018

Objetivo Geral: Construir a fraternidade, promovendo a cultura da paz, da reconciliação e da justiça, à luz da Palavra de Deus, como caminho de superação da violência.

Objetivos específicos:

- 1. Anunciar** a Boa Nova da fraternidade e da paz, estimulando ações concretas que expressem a conversão e a reconciliação no espírito quaresmal.
- 2. Analisar** as múltiplas formas de violência, considerando suas causas e consequências na sociedade brasileira, especialmente as provocadas pelo tráfico de drogas;
- 3. Identificar** o alcance da violência nas realidades urbana e rural de nosso país, propondo caminhos de superação a partir do diálogo, da misericórdia e da justiça em sintonia com o Ensino Social da Igreja.
- 4. Valorizar** a família e a escola e como espaços de convivência fraterna, de educação para a paz e de testemunho do amor e do perdão.
- 5. Identificar,** acompanhar e reivindicar políticas públicas de superação da desigualdade social e da violência.
- 6. Estimular** as comunidades cristãs, pastorais, associações religiosas e movimentos eclesiais ao compromisso com ações que levem à superação da violência.
- 7. Apoiar** os centros de direitos humanos, comissões de justiça e paz, conselhos paritários de direitos e organizações da sociedade civil que trabalham para a superação da violência.

2-VER DA CF-2018

Encontramo-nos em um período da história no qual nos sentimos, às vezes, impotentes na busca de soluções para os problemas propostos. Em tempos que a paz está ameaçada, é preciso observar criticamente a realidade com olhar de quem acredita na superação por meio da fraternidade. A superação da violência se torna, assim, um sinal do amor que Deus nutre pelo ser humano criado para ser irmão e não rival. Como cristãos, somos chamados a construir o Reino da verdade e da graça, da justiça, do amor e da paz, pois somos todos irmãos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência se caracteriza pelo uso intencional da força contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo de pessoas. Essa violência pode resultar em dano físico, sexual, psicológico ou morte.

Apesar de possuir menos de 3% da população mundial, nosso país responde por quase 13% dos assassinatos no planeta. Em 2014, o Brasil chegou ao topo do ranking, considerado o número absoluto de homicídios. Foram 59.627 mortes, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os números apontados pelo Mapa da Violência 2016, mostram que, no Brasil, cinco pessoas são mortas por arma de fogo a cada hora. A cada dia, são 123 pessoas assassinadas dessa forma. No ano de 2014, houve mais de 40 mil mortes. Nos tempos recentes, potencializadas pelas tecnologias digitais de comunicação e de informação, as redes sociais têm contribuído para dar visibilidade à violência expressa sob a forma de preconceito ou ódio de classe, de raça, de gênero, de política e até mesmo de intolerância religiosa.

Três fatores são fundamentais para definir esses espaços de paz e de guerra. O primeiro deles é a ação (ou omissão) do poder público. O segundo ponto que demarca a ocorrência da paz ou da guerra está relacionado ao poder do dinheiro. Um terceiro ponto diz respeito ao tratamento seletivo dado pelos órgãos públicos, dos três poderes, em relação à garantia de direitos, como o acesso à Justiça.

Por “violência cultural” entendem-se as condições em razão das quais uma determinada sociedade não reconhece como violência atos ou situações em que determinadas pessoas são agredidas. Faz parte da cultura da violência dizer que jovens, negros e mulheres sofrem violência quando e porque fazem algo indevido. A estuprada, por vestir-se de forma “imoral” ou por não se dar o respeito. O adolescente, por ser drogado, delinquente ou marginal.

Estudos apontam que apenas 62 pessoas detêm o mesmo dinheiro que a metade mais pobre da humanidade. Essa desigualdade se torna ainda mais impressionante quando se considera que os mais ricos correspondem a 1% da humanidade, mas detêm 99% das riquezas. O Mapa da Violência 2016, ao comparar os anos de 2003 e 2014, constata que houve uma queda de 26,1% das pessoas brancas que foram vítimas de homicídio por arma de fogo. No entanto, o número de pessoas negras vitimadas por essa forma de homicídio cresceu 46,9%.

Entre jovens de 15 a 24 anos, os homicídios são a principal causa de morte. O número de homicídios por armas de fogo cresceu 592,8% entre 1980 e 2014. Quando se consideram apenas as vítimas jovens, constata-se um aumento de 699,5%. Essa violação de direitos humanos causa um imenso sofrimento nas famílias que perdem seus filhos.

As vítimas de homicídio são, em maior parte, homens. Porém, entre 2001 e 2011, o aumento de assassinatos de homens foi de 8,1%, enquanto que os assassinatos de mulheres cresceram 17,2%. Ao contrário do que acontece com os homicídios masculinos, destaca-se o domicílio da vítima como um local de agressão. Em 2013, das mulheres assassinadas, 27,1% estavam em casa. Os assassinatos de homens (48,2%) acontecem,

sobretudo, na rua. Esse dado é utilizado para caracterizar a violência direta contra a mulher como um fenômeno muito ligado ao ambiente doméstico.

A violência contra a mulher ocorre, principalmente, dentro de casa. 71,8% das agressões registradas pelo SUS em 2011 aconteceram no domicílio da vítima. Frequentemente, o agressor é o parceiro ou ex-parceiro da vítima (43,3%). O tráfico de pessoas é, atualmente, uma das formas mais violentas de exploração do ser humano no mundo inteiro. Trata-se de uma modalidade de crime organizado transnacional, fortemente atrelada à exploração sexual, ao comércio de órgãos, à adoção ilegal, à pornografia infantil. Cerca de 75% das vítimas de tráfico de pessoas são mulheres e meninas. A Constituição de 1988 reconhece os povos originários e seus direitos.

O narcotráfico movimenta mais de 400 bilhões de dólares por ano, sendo um dos setores mais lucrativos da economia mundial. Frente à crescente sensação de insegurança, de percepção do medo e da ameaça real causados pela violência, os instrumentos estatais de controle e repressão social vem aumentando em todo o mundo.

O Brasil tem umas das maiores populações carcerárias do mundo. São mais de 650 mil presos, vivendo em condições degradantes. Como apresentado anteriormente, cerca de 40% desses presos estão confinados em prisões que mais se assemelham a masmorras sem uma sentença definitiva.

A desconfiança em relação às forças policiais se transfere também para o Governo, cuja instituição se encontra fortemente abalada pelo fato de não haver se mostrado, ao longo de décadas, capaz de garantir segurança e, ao mesmo tempo, de fortalecer a cidadania. A letalidade das operações policiais (foram 3.320 vítimas apenas no ano de 2015) se faz acompanhar de um grande número de policiais mortos. Dos 358 policiais assassinados nesse mesmo ano, 103 morreram em serviço, ao passo que outros 290 policiais foram mortos fora de suas atividades profissionais. Em 2012, quase 41 mil brasileiros perderam a vida nas estradas.

A religião é um elemento de coesão social, que otimiza o capital social das comunidades. Quando as pessoas se reúnem em comunidade e na identidade de suas crenças, elas reforçam os laços que as unem e reconhecem-se como irmãos, irmãs e semelhantes. As religiões têm em comum a promoção da vida, da liberdade, da justiça e da solidariedade – podem constituir fundamental instrumento para a promoção de uma cultura da paz e da vida. As religiões de matriz africana são as que mais sofrem perseguição e intolerância.

3-JULGAR DA CF-2018

A palavra que ecoa no relato da criação é sempre a mesma: *“E Deus viu que era bom”*. (Gn 1,10.12.17.21.25.31). O contraste com a perfeição e beleza de toda a criação se revela no primeiro ato de violência apresentado na Sagrada Escritura, a saber, o assassinato de Abel pelo seu irmão Caim (Gn 4,1-16).

Um olhar fundamentalista sobre os textos bíblicos insinua uma personalidade violenta a Deus, ao passo que o método interpretativo recomendado é o histórico-crítico, pois este ajuda na compreensão de todos os aspectos que envolvem a história do povo bíblico (culturas, línguas, costumes...), pois esta é uma história de salvação.

Na contemplação da Sagrada Escritura constatamos a temática da violência colocada em evidência tanto no Antigo como no Novo Testamento. Não podemos esquecer que apesar de tantos relatos de práticas violentas, sobressai o atributo divino por excelência: **MISERICÓRDIA**. Caim desenvolveu um sentimento de revolta que o conduziu a ver seu irmão como um inimigo a ser eliminado.

As consequências do pecado e da violência deixadas na criação e na humanidade são comparáveis aos efeitos radioativos deixados por bombas nucleares: a explosão

provoca um mal que se prolonga no tempo e no espaço comprometendo a vida e as gerações futuras.

Na tentativa de conter os atos violentos surgem leis que proíbem: o assassinato. Ex 20,13 – Não matarás. Dt 5,17 – Não matarás.

E leis que exigem o compromisso com a verdade: Ex 20,16 – Não apresentarás falso testemunho contra teu próximo. Dt 5,20 – Nem darás falso testemunho contra teu próximo. A dimensão da justiça social também é exigida, para evitar que atos violentos sejam cometidos, mesmo num contexto de subsistência: “Lealdade e Fidelidade se encontram, Justiça e Paz se beijam”. (Sl 85,11)

LEI DO TALIÃO. Ex 21,24-25 – Olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, ferida por ferida, golpe por golpe. Lv 24,19-20 – Quem ferir um concidadão, como ele fez, assim se lhe fará: fratura por fratura, olho por olho, dente por dente. A lesão que causou no outro será causada nele. A lei em si não é suficiente para evitar ou conter toda a violência.

Entre as prescrições da Torá, três se destacam de forma especial: Ex 23,9 – Não maltrateis o migrante: conheceis a sina do migrante; porque fostes migrantes no Egito. Lv 19,17 – Não guardarás ódio do teu irmão. Repreenderás abertamente o teu concidadão, e não serás responsável pelo pecado dele. Lv 19,18 – Não te vingará nem guardarás rancor dos teus concidadãos. Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o Senhor.

Tempo de profecia A mensagem profética consiste no anúncio da VIDA e na denúncia de toda forma de MORTE. Os profetas foram ameaçados, perseguidos, presos, sofreram tentativas de morte, mas não desistiram da missão que o Senhor lhes confiou. O foco da pregação profética é orientado para a prática do direito e da justiça em relação aos pobres.

Jeremias. Jr 6, 6-7 Chora sobre a morte de Jerusalém. Jr 26 – Ameaça a morte. Jr 37-38 Preso em uma cisterna.

Amós. Am 3, 9b-10 Denuncia a violência nos palácios. Am 5, 24 – lema CF-2016. Am 7, 10-17. Expluso do santuário de Betel.

Isaías. Is 1, 15 Povo com mãos sujas de sangue. Is 32, 16-18 Restauração. Is 58 6-7 O jejum que agrada

Leitura Sapiencial. Os livros sapienciais (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes (Coélet), Cântico dos Cânticos, Sabedoria, Eclesiástico (Ben Sirac), apresentam um pensamento mais maduro sobre a superação da violência. Em seus ensinamentos, excluem qualquer uso de violência, bem como qualquer tipo de cumplicidade com aqueles que dela se utilizam.

Lamentações. A desumanidade das guerras, forma de violência coletiva, pode ser lida no Livro das Lamentações que apresenta tais barbáries em uma visão vibrante contra o uso da violência que utiliza especialmente uma figura emblemática de não violência: o homem das dores que suplica justiça a Deus e espera em silêncio a intervenção divina. (Lm 3).

A violência nos Salmos. A violência individual é tratada em quase uma terça parte dos Salmos que testemunham a dor e devastação causadas pelos violentos:

Salmo 27,12 .. não me entregues, à sanha dos meus rivais. Levantam-se contra mim falsas testemunhas, acusadores violentos.

A violência no Novo Testamento.

À luz da Páscoa de Jesus temos uma resposta definitiva para a superação da violência. O centro do Novo Testamento é Jesus que é por excelência uma pessoa não violenta. Não é para impressionar que a parte mais antiga e mais desenvolvida do NT seja o relato da paixão de Jesus, um evento violento e injusto que se inicia com a prisão, passa pela flagelação até o seu ocaso na crucificação.

A tentação para praticar a violência pode ser constatada entre os discípulos de Jesus:

Lc 9,54-55 – João e Tiago desejam que o fogo destrua a aldeia samaritana.

Lc 22,38 – Espadas para proteger Jesus.

Mc 14,47 – Pedro fere um servo do sumo sacerdote.

A repreensão de Jesus diante de tais manifestações, tem como ponto alto as Bem-Aventuranças, compreendendo que o Reino dos Céus pertence aos pacíficos.

Jesus apresenta a superação da violência quando prega o amor aos inimigos, contrariando assim a lógica da reparação proporcional sustentada pela lei do talião (cf. Mt 5,44 e Lc 6,27).

O episódio da mulher adúltera narrado em Jo 8,3-11 questiona a prática farisaica violenta (apedrejamento) e apresenta a novidade de Jesus (não pecar mais).

Na condição de promotores, condutores e construtores da paz, encontramos no ensinamento de Jesus a chave de abertura para a superação da violência: “Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz. Não a dou como o mundo a dá” (Jo 14,27). Os discípulos que recebem a paz de Cristo, são também enviados em missão para anunciar e compartilhar essa mesma paz.

Do alto da cruz o perdão. A paixão e morte de Jesus mostra que o pecado possui consequências violentas, inclusive de morte, da eliminação do outro. A cruz representa a atitude oposta da parte de Deus que para fazer justiça, não usa de violência, mas destrói a violência instaurando uma nova justiça.

A palavra de Jesus lança luzes sobre a raiz da violência: o coração do homem (cf. Mc 7,14-23). A espiritualidade é apontada como um instrumento necessário no processo de superação da violência: “Amai vossos inimigos, rezai pelos que vos perseguem”. (Mt 5,44) A paz só pode ser entendida alinhada com o significado da palavra שָׁלוֹם (Shalom). Esta palavra em hebraico significa paz em sentido de completude interior, uma paz completa que somente Deus pode colocar no coração do homem.

A Igreja constrói a paz. O papa São João XXIII na sua carta encíclica *Pacem in Terris* do dia 11.04.1963 escreve: “A violência só e sempre destrói, nada constrói; só excita paixões, nunca as aplaca; só acumula ódio e ruínas e não a fraternidade e a reconciliação” (n. 161).

No Concílio Ecumênico Vaticano II na Constituição Pastoral encontramos: “Por isso, chamados com esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na paz verdadeira”. (n.92).

As mensagens pontificias para o Dia Mundial da Paz (instituído pelo Beato Paulo VI – “Dia da Paz”), têm retomado e aprofundado diversos aspectos que fazem parte da promoção da paz e, portanto, também do caminho de superação da violência.

4-AGIR DA CF-2018

1.PESSOAS, FAMÍLIA E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

1.1 Cultura da fraternidade: não somos adversários, mas irmãos.

1.2 Experiência de Superação.

1.3 Pistas de ação concreta.

2. COMUNIDADE E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

2.1. Conquistas e Experiências da Comunidade Eclesial na Superação da Violência

2.1.1. Justiça Restaurativa

2.2. As Obras Sociais da Comunidade Ecl. como Caminho para Superação da Violência

2.3 Promoção Eclesial de uma Espiritualidade que desperte para Superação da Violência

2.4 Experiência de Superação

2.5 Pistas de Ação Concreta

3. A SOCIEDADE E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

3.1 Experiência de superação

3.2 Pistas de ação concreta

a. Estatuto da Criança e do Adolescente

b. A violência doméstica e a Lei Maria da Penha

c. O sofrimento e o amor se transformam em ação

d. Setenta anos dos Direitos Humanos

e. Superação da violência gerada pela exploração sexual e pelo tráfico humano

f. Violência e juventude

g. Negros e negras e a superação da violência.

“Todos desejamos a paz; muitas pessoas a constroem todos os dias com pequenos gestos; muitos sofrem e suportam pacientemente a dificuldade de tantas tentativas para a construir” (Papa Francisco).

A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvam a sociedade civil, os membros da Igreja e os poderes constituídos, a fim de que não somente os direitos humanos, mas também a promoção da cultura da paz sejam asseguradas pela formulação de políticas públicas emancipatórias.

1. PESSOAS, FAMÍLIA E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA.

A superação da violência nasce da relação com o outro. A cultura da paz acontece em todas as realidades da vida e na relação com todos os seres. O primeiro lugar onde o ser humano aprende a se relacionar é na família. Ninguém nasce violento. Contudo, a pessoa pode vir a ser violenta. O comportamento violento emerge como produto final. Nosso jeito de agir, perdoar, amar, viver e ouvir contribui para a prática a ser desenvolvida pelo outro. A oração e a espiritualidade também são condicionantes para superação da violência. É no processo de conversão social que somos impulsionados a agir em benefício da humanidade. Sem ela, nossas ações se voltam à perspectiva ou garantia do eu, onde “vale tudo”, inclusive a aniquilação do outro.

Somos desafiados a agir nas realidades rurais e urbanas, onde a convivência humana está sendo prejudicada pela violência. A sociedade, com sua inércia diante de uma das maiores movimentações financeiras ocasionada pelo tráfico de drogas, aponta para os sintomas da drogadição, legitimando o usuário como responsável pelos altos índices da criminalidade em nosso país. A família não mais consegue cumprir sozinha seu papel, pois os valores humanos como: amor, ética, integridade, honestidade, generosidade, respeito, entre outros, estão se desintegrando da sociedade. O poder midiático influencia na formação de opinião e no comportamento das pessoas, precisamos estimular a cultura da tolerância, do respeito e da paz em nossa prática cotidiana e nas redes sociais.

Cultura da Fraternidade: não somos adversários, mas irmãos.

Jesus de Nazaré, com ternura e compaixão, anunciava, principalmente aos mais empobrecidos, o Reino de Deus. Jesus propõe mudanças estruturais ao sistema de morte em que os mais pobres estavam submetidos. É possível que muitas pessoas, inclusive as que estão sofrendo violência psicológica com este modelo de gestão, não compreendam o anúncio da Campanha da Fraternidade de 2018, três preocupações inerentes ao anúncio por uma cultura de paz devem ser observadas: a fraternidade, a ternura e a compaixão.

Pistas de ação concreta. Ter como critério o Evangelho, que revela as palavras, as motivações e o agir de Jesus; É necessária a superação do conceito de justiça que diz que todo mundo deve pagar pelo que faz; A misericórdia, a solidariedade e o desejo de superação devem ser os elementos que fundamentam a ação de todos diante da injustiça,

da violência, do sofrimento, do conflito e da insegurança; Ninguém deve pagar o mal com o mal, mas com o bem; Renunciar a qualquer forma de violência; Não se justifica colocar nas armas a solução para os conflitos humanos; Criar novos relacionamentos, tendo como princípio a fraternidade e a necessidade de um projeto social comum, que seja causa de bens para todas as pessoas; A solidariedade para com as vítimas da violência.

O respeito pela dignidade das pessoas e o engajamento na luta para que esta dignidade seja respeitada em todas as condições da vida humana; A luta pela conversão pessoal e pela conversão de todos; Promover uma cultura que respeite as diferenças, combatendo o preconceito e a discriminação; Refletir nas famílias sobre o que o contribui com a cultura da reconciliação e da paz, e sobre estratégias de solução; Repensar a própria responsabilidade em relação à sociedade em temas como: sustentabilidade, respeito aos direitos dos outros, liberdade religiosa, educação para a solidariedade, cuidado com os bens públicos; Promover momentos para exercer o discernimento evangélico acerca do que ocorre na comunidade, bairro, cidade, e identificar situações de violência (pontos de vendas de entorpecentes, prostituição, tráfico de pessoas, pessoas em situação de miséria, fatos ocorridos com pessoas, famílias e outros); Desenvolver a capacidade de diálogo com pessoas de outras denominações religiosas e de posições diferentes da sua.

Comunidade e a superação da violência: Muitas pessoas não sabem que sofrem violência, principalmente nos casos de violência psicológica contra mulheres e violência sexual contra crianças. Pastoral da Mulher Marginalizada. O cuidado e a justiça iluminam os trabalhos da Pastoral Carcerária, do Menor, da Terra, Indigenista e o Grito dos Excluídos, onde os embates por políticas públicas de prevenção e superação da violência são por elas assumidos.

As obras sociais da comunidade eclesial como caminho para a superação da violência. Muitas iniciativas sociais e caritativas vinculadas à espiritualidade alimentaram a esperança de homens e mulheres oprimidos e marginalizados que, assim como Lázaro (Lc 16,21), “desejavam saciar-se do que caía da mesa do rico”. O olhar social da Igreja exigiu posicionamento do Estado em relação ao sofrimento humano por ele negligenciado. A esperança é a principal característica dos trabalhos pastorais da Igreja.

Promoção eclesial de uma espiritualidade que desperte para superação da violência. O surgimento de uma grave crise na sociedade, como a violência, atinge a espiritualidade e a ética. Diante de complexas realidades como a violência urbana e rural, o homem e a mulher devem aprender a escolher. Escolher e posicionar-se é a primeira necessidade para a compreensão do sentido da vida. Considerando que podemos distinguir a religião como “atividade” pessoal e social e, por não estar presente nos outros seres vivos, torna-se uma manifestação tipicamente humana, sendo parte, em todo os tempos, da história da humanidade. A religião com a espiritualidade leva à paz, já a religião sem a espiritualidade, leva ao fundamentalismo, ou seja, à guerra.

Experiência da superação. A terra para os povos indígenas, o tekohá (“lugar onde se pode ser”) é condição para existir: vida, cultura, alimentação, saúde, educação, estão entrelaçados com a mãe terra, com a mãe natureza, negar este direito é continuar assinando os decretos de morte para as populações tradicionais. Missionária Lídia Farias de Oliveira. CIMI – Mato Grosso do Sul.

Pistas de ação: A comunidade insira o tema da paz em sua liturgia e oração; Articular por meio do Ecumenismo e do Diálogo inter-religioso, momentos de oração pela paz em lugares simbólicos; Conhecer as realidades próximas da comunidade que apresentem conflitos, para um discernimento sobre as melhores soluções e contribuições possíveis; Acompanhar famílias, jovens, gangues, escolas com incidência de conflitos em vista de superá-los; Apoiar as iniciativas da sociedade organizada e de organizações não

governamentais, que visem à cultura da paz; As comunidades precisam conhecer serviços mediante os quais a Igreja se faz solidária às vítimas violência de nossa sociedade e empenha-se pela superação das injustiças e pela construção de relações segundo o Evangelho; Inscrever a participação nos Conselhos Paritários no plano pastoral da diocese ou paróquia, como uma das formas de participação da Igreja na edificação do bem comum da sociedade; Promover a formação de leigos e leigas animando-os a organizarem-se para a construção de uma sociedade que supere a violência; Incluir o tema da superação da violência nos programas de formação para a Iniciação Cristã, Catequese e Pastoral da Juvenil; Promover uma Pastoral familiar capaz de ajudar cada família a superar os problemas de violência doméstica; Sugerir pautas aos jornais, através do relacionamento com assessores de imprensa e agentes da Pastoral da Comunicação, buscando seu envolvimento na causa da superação da violência; Resgatar documentos do magistério da Igreja referentes ao valor e à dignidade da pessoa humana através da formação de grupos de estudo nas paróquias, escolas, comunidades e movimentos; Utilizar os meios de formação como homilia, catequese, encontros, cursos, escolas da fé, para aprofundar temas relativos à superação da violência, a fim de atingir as pessoas que participam da vida eclesial; Aprofundar o conhecimento sobre as questões da superação da violência através da promoção de palestras e cursos destinados a bispos, presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, com especial atenção às pastorais da criança, do menor, da juventude, da família, da saúde, da educação, carcerária e da sobriedade.

A sociedade e a superação da violência. Pensar a superação da violência dentro do sistema capitalista, que mantém sua centralidade no lucro econômico, e não no ser humano, exige um grande esforço na identificação e compreensão das iniciativas que sinalizam possibilidades de enfrentamento e superação da violência. A existência de situações e práticas violentas é intrínseca às sociedades fragmentadas em classes sociais, nas quais as desigualdades sociais criam subcategorias de seres humanos. A espiritualidade humana, que impulsiona os empobrecidos e marginalizados a gritar por justiça.

A consolidação de políticas públicas em andamento, como a do Sistema Único de Saúde (SUS), a do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Controle Social exercitado pelos Conselhos Paritários de Direitos, entre outras, são possibilidades para o enfrentamento da violência.

O tratamento e a prevenção da violência como política de saúde pública são regulados pelo SUS. Portanto, devemos atuar sistematicamente em defesa desta política junto aos conselhos municipais, estaduais e federal de saúde. Estar conselheiro Em qualquer instância de controle social exige comportamento e atitudes éticas. Nossas comunidades, paróquias e dioceses podem contribuir com a sociedade no enfrentamento da violência, estimulado as famílias católicas para o acolhimento temporário de crianças em situação de risco.

Experiência de superação. Usando a arte como ferramenta de ressocialização, o sistema prisional feminino do Piauí possibilita que 39 reeducandas, através da cultura, possam interagir com a sociedade.

Denunciar toda e qualquer forma de violência sexual contra crianças e adolescentes, seja ela de exploração sexual, abuso sexual, turismo sexual, tráfico interno e internacional para fins de exploração sexual, pornografia na internet, pedofilia e assédio sexual. Promover ações em parcerias com os Conselhos Tutelares (CT), Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e Pastoral do Menor. Defender o ECA como uma política pública que possibilita o enfrentamento e a superação da violência. A partir da Doutrina Social da Igreja, promover debates, rodas de conversas envolvendo as secretarias de inclusão, cidadania,

direitos humanos e conselhos de direitos para, juntos, buscar formas de superação da violência contra crianças e adolescentes.

A violência doméstica e a Lei Maria da Penha. Incluir o tema da superação da violência nos programas de formação para a Iniciação Cristã, Catequese e Pastoral da Juvenil. Promover uma Pastoral familiar capaz de ajudar cada família a superar os problemas de violência doméstica. Impulsionar centros paroquiais e diocesanos com uma pastoral de atenção integral à família, especialmente pessoas que sofrem violência doméstica. Promover atos públicos em função de uma sociedade mais segura, chamando a atenção da população sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha.

Setenta anos de Direitos Humanos. Com o objetivo de evitar guerras, promover a paz mundial e fortalecer os direitos humanitários, em 1948, portanto, há 70 anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Lutar contra toda forma de violência e discriminação e apoiar iniciativas adequadas na defesa dos direitos humanos. Apoiar as pessoas de boa vontade que militam nos difíceis campos da política, das comissões de direitos humanos, das relações internacionais. Fortalecer a ação educativa e evangelizadora, objetivando a construção da cultura da paz, a conscientização sobre a negação de direitos como causa da violência e o rompimento com as visões de guerra, as quais erigem a violência como solução para a violência.

Superação da violência gerada pela exploração sexual e pelo tráfico humano.

Enquanto cristãos, somos desafiados ao compromisso com o processo de erradicação do tráfico humano em suas várias expressões. Para tanto, é preciso:

Exigir do Estado brasileiro que efetive o que está proposto no III Plano Nacional dos Direitos Humanos: “Estruturar, a partir de serviços existentes, sistema nacional de atendimento às vítimas do tráfico de pessoas, de reintegração e diminuição da vulnerabilidade, especialmente de crianças, adolescentes, mulheres, transexuais e travestis”. Fortalecer e ou contribuir na articulação nacional de uma rede de entidades e organizações da sociedade civil que atuam ou venham a atuar na prevenção ao tráfico humano e na assistência às vítimas, bem como na incidência por políticas públicas, de modo a integrar iniciativas de caráter regional mais eficazes.

Violência e a juventude. Cada jovem faz um caminho e nele constrói a sua história. História de sonhos e esperanças, constitutivos deste ciclo do desenvolvimento humano. (Onde não há sonho, a utopia está morta). Para que a juventude brasileira não seja impedida de sonhar, exigimos: Erradicar definitivamente o analfabetismo. Esclarecer a comunidade sobre a importância da participação nos Conselhos Municipais e Estaduais da Juventude. No acompanhamento aos usuários de drogas, estar ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua autoestima e vencer esta enfermidade. Estabelecer políticas públicas de inclusão social de milhares de excluídos principalmente da juventude negra. Promover dinâmicas que levem ao perdão e à reconciliação, sobretudo nas famílias.

Negros e negras e a superação da violência. O trabalho escravo se deu com base em tortura, abusos sexuais, proibição das formas de manifestação cultural e religiosa e violência física. Valorizar as datas comemorativas dos povos indígenas e quilombolas, participando de suas atividades ou realizando celebrações nas comunidades na perspectiva de uma liturgia encarnada e que retrate esses povos e seus clamores. Realizar em nossas comunidades a Semana dos Povos Indígenas e a Semana da Consciência Negra, com celebrações, cantos e danças. Facilitar o desenvolvimento da agricultura familiar, consumindo produtos artesanais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Superação da violência no campo. Para compreender as causas e os significados da violência no campo e nas comunidades indígenas, é preciso ter coragem e agir contra o gerenciamento político da violência no campo. O enfrentamento da violência no campo exige de cada pessoa e da sociedade comprometimento com: A demarcação das terras indígenas. Estimular a Reforma Agrária e a melhoria das condições do trabalho no campo; Impedir a depredação dos recursos naturais: floresta e solo, degradação do ambiente urbano, poluição industrial e agrícola revertendo a tendência destrutiva dos agentes causadores das mudanças climáticas, pois estes são uma violência contra o meio ambiente.

A superação da violência causada pelo narcotráfico. No acompanhamento aos usuários de drogas, estar ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua autoestima e vencer esta enfermidade; No apoio à erradicação das drogas, denunciar a criminalidade sem nome dos narcotraficantes que prejudicam tantas vidas humanas, com o objetivo do lucro e a força em suas mais baixas expressões; Incentivar programas de governos e entidades civis que trabalham neste sentido; Implementação de políticas públicas desenvolvidas pelo Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) nos municípios; Atuação efetiva do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), bem como as práticas de Polícia Comunitária, normalmente desenvolvidas por Guardas Municipais (GM); Fortalecer a Pastoral da Sobriedade nas Dioceses.

Estatuto do desarmamento. O armamento é um dos instrumentos que contribui para as manifestações de violência. Somos favoráveis ao Estatuto do Desarmamento como uma ferramenta para o enfrentamento da violência e sugerimos: Realização, pelo Estado e pela sociedade organizada, de campanhas educacionais de conscientização em relação aos principais problemas que geram insegurança e medo às pessoas, sejam locais, regionais ou nacionais. É também importante a formação e valorização de Comissões Diocesanas de Justiça e Paz e Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, que lutem e promovam a cultura da paz sem o uso de armas de fogo.

Defensoria pública. Para diminuir a desigualdade e possibilitar que todos tenham acesso a seus direitos, devemos: Exigir a atuação sistemática das defensorias públicas locais; Possibilitar encontros com a finalidade de aproximação das pastorais sociais e Defensorias Públicas; Em parcerias com os defensores públicos, promover uma cultura que respeite as diferenças, combatendo o preconceito e a discriminação.

Violência política. “A Igreja é chamada para ser servidora de um diálogo difícil”. (Papa Francisco). Diante da ausência ou precariedade das políticas públicas, precisamos estabelecer uma agenda mínima de diálogo político em nossas comunidades. As Escolas de Fé e Políticas ou Escolas de Cidadania presentes em nossas Dioceses e Paróquias, são de fundamental importância para o enfrentamento da violência política.

Violência religiosa. Articular, por meio do Ecumenismo e do Diálogo inter-religioso, momentos de oração pela paz em lugares simbólicos. Articular parcerias e projetos comuns entre as igrejas e religiões que visem a superação da violência.

Superar a violência no trânsito. Fazem-se necessárias medidas de superação da violência no trânsito, seja pela auto avaliação dos próprios motoristas (não dirigindo alcoolizados, não se distraindo no uso aparelhos eletrônicos, respeitando a sinalização, entre outros). Instalar uma rede permanente pela paz no trânsito com a participação das entidades da sociedade civil e pública com o objetivo de definir ações emergenciais visando reduzir a violência no trânsito.

ORAÇÃO DA CF 2018

Deus e Pai, nós vos louvamos pelo vosso infinito amor e vos agradecemos por ter enviado Jesus, o Filho amado, nosso irmão. Ele veio trazer paz e fraternidade à terra e, cheio de ternura e compaixão, sempre viveu relações repletas de perdão e misericórdia. Derrama sobre nós o Espírito Santo, para que, com o coração convertido, acolhamos o projeto de Jesus e sejamos construtores de uma sociedade justa e sem violência, para que, no mundo inteiro, cresça o vosso Reino de liberdade, verdade e de paz. Amém!

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Campanha da Fraternidade de 2018: Texto-Base. Brasília, Edições CNBB. 2017.

Por Pe Anesio Ferla